

A história a contrapelo: Memória, Narrativa e Rastro no internato do Câmpus Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Resumo

Este trabalho se configura como um fragmento de uma pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação e Culturas em Grupos Populares e Comunidades Rurais (NEPEC) da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Procuramos pelos lugares de descontinuidade e ruptura na história de 90 anos do internato do Câmpus Pelotas Visconde da Graça (CaVG) do IFSul. Trata-se de ler a história a contrapelo, propondo perspectivas não conservadoras de percepção do passado. E para que a história seja lida a contrapelo, ela precisa ser mais uma vez narrada. Elegemos os alunos internos do CaVG como os autores desta história Outra.

Palavras-chave: educação, memória, narrativa e história.

Angelita Soares Ribeiro

Universidade Federal de Pelotas e
Instituto Federal Sul
sr-angelita@hotmail.com

Roberto Domingues Souza

Universidade Federal do Rio Grande
robertosouza.mus@gmail.com

O Patronato Agrícola Visconde da Graça

De acordo com José Leonel da Luz Antunez (1996) no período do intendente municipal Dr. Pedro Luís Osório, médico pelotense, inicia-se a discussão da criação de um Patronato Agrícola no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, com o objetivo de atendimento da necessidade do desenvolvimento da lavoura da região e da educação do pequeno trabalhador rural.

Em 17 de outubro de 1921, o Conselho Municipal, presidido por Manoel Simões Lopes, decretou através da lei nº 144 que seriam destinados à união 201 hectares de terras, no 2º distrito, denominado Boa Vista, a 8 Km do centro da cidade, para sediar o futuro Patronato.

Antunez (1996) coloca que a denominação Visconde da Graça foi uma homenagem ao possuidor do título, ao pelotense João Simões Lopes Filho, como também ao seu filho o Ministro Ildefonso.

E assim foi que, em 12 de outubro de 1923, com cerimônia significativa, era inaugurado o Patronato Agrícola Visconde da Graça, funcionando inicialmente como Escola Rural de Alfabetização, com noções elementares de agricultura e criação de animais domésticos. Nesse mesmo dia foram internados 75 menores. [...] Em 1928, a lotação de internos era de 100 alunos, com um número expressivo de órfãos, sendo a maioria da região de Pelotas, os demais, procedentes de municípios circunvizinhos.(ANTUNEZ, 1996, p. 21 e 24).

De acordo com Magda Vicente de Abreu (2008) os Patronatos Agrícolas foram criados em todo o Brasil no início do século XX, com a função de receber alunos oriundos da zona rural e da zona urbana com dois principais objetivos: conformação da força de trabalho e internação de órfãos. Pode-se dizer que os Patronatos de todo o país orientava e “adequava” socialmente jovens pobres e sem vínculos familiares para que não se tornassem uma ameaça à população citadina e ao mesmo tempo também criava mão-de-obra para a nova orientação trabalhista que agora utilizava mão-de-obra livre, no início da República.

O Patronato Agrícola Visconde da Graça foi criado em 1923 no interior da lógica nacional de surgimento dos Patronatos.

O Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça foi criado com a denominação de Patronato e esta criação não vem descolada do contexto social em que o Brasil se encontra, muito ligado aos tempos do Império, os Patronatos surgem em várias regiões do Brasil e vêm para suprir duas necessidades nacionais fundamentais: qualificar mão-de-obra livre para trabalhar ante a agricultura e também tirar dos centros urbanos os chamados “desvalidos da sorte”, pobres e àqueles que atrapalham o bom desenvolvimento burguês dos centros. A etimologia da palavra Patronato acaba explicitando e orientando os estímulos e objetivos de sua criação: Patronato, Patrão, Assistência. (VICENTE, 2008, p. 02).

Para a autora é crucial salientar que a denominação Patronato foi usual para um período histórico em que era emergente o acoplamento entre preparação para o trabalho e moralização da sociedade com sua adequação às necessidades liberais daquele momento de inauguração da nova república. Em Pelotas e em todo o país os Patronatos foram criados para sanar um problema existente no Brasil: as dificuldades de adequar àqueles que estavam a perambular pelas ruas ou simplesmente na condição de pobres. “Segundo discursos do período a denominação mais comum para identificá-los era serem chamados de ‘imorais’.” (VICENTE, 2008, p.5).

Cabe agora debruçar-nos sobre as diretrizes que hoje se colocam para o CaVG como câmpus de um instituto federal de educação tecnológica, e o alojamento estudantil, que ainda hoje é denominada “internato”, como um projeto de assistência estudantil vinculado ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹.

O internato como projeto de assistência estudantil na perspectiva da educação profissional e tecnológica

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começa em 1909, quando Nilo Peçanha, então presidente da República, cria 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (Cefets).

¹ Decreto nº 7.234/2010.

Em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.892, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O IFSul é criado a partir do inciso XXXI do artigo 5º da referida lei. O CaVG, então escola agrotécnica da UFPel, passa a ser câmpus do IFSul em 2010.

A partir de então fica estabelecido que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (artigo 2º, Lei 11.892/2008).

Como finalidades e características dos Institutos Federais estão presentes no artigo 6º:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir da referida lei a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) coloca-se como aquela que passa a empreender, no plano formal, uma educação profissional e tecnológica integrada à educação básica (e vice-versa). Fala-se em paradigmas de sustentabilidade, desenvolvimento regional, cidadania e acesso e, é nessa perspectiva que os institutos federais aderem às Políticas de Assistência Estudantil já executadas pelas Universidades Federais há um longo tempo.

Hoje, o internato constitui-se como um projeto do Programa de Assistência Estudantil gerenciado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) do CaVG. Tal programa insere-se na ordem do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, inserido nas perspectivas atuais da Política Nacional de Educação, objetiva garantir aos alunos oriundos da classe trabalhadora, sua inserção em um processo educacional, ou seja, contribuindo para o acesso, permanência e êxito escolar.

O PNAES, decreto nº 7.234/2010, têm como objetivos: I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III- reduzir as taxas de retenção e evasão; IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Os alunos internos do CaVG surgem em 1923, na lógica dos Patronatos Agrícolas, sendo absorvidos nesta instituição que, no interior de uma ordem nacional, os preparava como mão-de-obra para o mercado emergente, ao mesmo tempo que os adequava socialmente, transformando os “desvalidos da sorte” em “cidadinos produtíveis”.

Após uma história de 90 anos o internato e, surpreendentemente a nomenclatura arcaica que ainda o denomina², permanecem. Passando por várias transformações e,

² O termo “internato” se fundou de uma maneira tão forte à história da região que, mesmo nos projetos de assistência estudantil e nos editais de processo seletivo, o conceito continua sendo utilizado. Quando se

mantendo sempre o objetivo de abrigamento de jovens para sua preparação para o mundo do trabalho, hoje se configura como uma ação de assistência estudantil em consonância com as atuais políticas governamentais de inserção da classe trabalhadora na educação profissional e tecnológica.

Entretanto, em que pese os avanços (ainda rasos) no que diz respeito às políticas de educação de assistência estudantil, os contextos socioculturais de origem, a voz, o rosto e a história dos alunos internos ainda estão em penumbra na história do CaVG.

Em fotos antigas de alunos internos, com algum esforço, pode-se perceber rastros³ de vidas que por ali passaram e que nos apontam para a possibilidade de um Outro contar sobre o internato do CaVG. Para isso é necessário que se ouça as vozes dos sujeitos em questão. Como podem eles transmitirem-se e anunciar outras possibilidades de passado, presente e futuro para a educação?

Memória, Narrativa e Rastro

Walter Benjamin (2012) em suas teses sobre o conceito de história, a problematiza dizendo que “a história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (*Jetztzeit*).”(p. 18). Pensar a história em uma perspectiva benjaminiana significa compreender que o tempo para Benjamin é descontinuidade e ruptura.

A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento de seu reconhecimento. [...] Porque é irrecuperável toda imagem do passado que ameaça desaparecer com todo presente que não se reconheceu como presente intencionado nela. (Benjamin, 2012, p. 11).

O autor nos convida a construir um caleidoscópio com fragmentos do passado e do presente a partir da captura de uma semelhança que pode transformá-los.

tenta utilizar o termo “moradia estudantil” ou “casa do estudante”, nem mesmo os alunos compreendem do que se trata.

³ Conceito Benjaminiano que será tratado a seguir.

Transformar o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transformar o presente porque este se revela como a realização possível da promessa anterior- uma promessa que poderia se perder para sempre, que ainda pode ser perdida se não for descoberta inscrita nas linhas atuais. (GAGNEBIN, 1987, p. 16).

Trata-se de, nas palavras de Benjamin (2012, p. 18), “destruir o contínuo da história”, escavando no passado as possibilidades de uma outra história, ouvindo os clamores daqueles que foram injustiçados e criando uma nova face para as esperanças já frustradas. Dessa forma, o tempo e a história, em descontinuidade, são elaborados como lugar onde a política libertária se realiza. Nesse cenário, a história do internato do CaVG está em aberto, suscetível a rupturas e a conexões entre presente e passado que, a partir de suas semelhanças, podem ser transformados inventando imagens outras de futuro.

Para além do teor teológico da palavra redenção, Benjamin fala sobre a reparação do sofrimento e das injustiças sociais, culturais e políticas de grupos sociais “vencidos”. A rememoração e a contemplação do passado, a partir de sua constituição pelo tempo presente, teriam essa tarefa redentora. Narrar aqui se faz necessário para redimir e adiar mortes anunciadas.

Jeanne Marie Gagnebin (2012) coloca que “o verdadeiro lembrar, a rememoração, salva o passado, porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida.” (p. 35). A autora diz que a historiografia crítica de Walter Benjamin procura por rastros deixados pelos ausentes da história oficial. Trata-se de ouvir as vozes silenciadas pela opressão de todas as ordens.

Entendemos assim que, se nos propormos a ouvir as muitas histórias dos alunos internos do CaVG, que estão sendo deixadas para trás ao longo de 90 anos, experiências e acontecimentos podem ser (re)inaugurados. Para Benjamin:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão- no campo, no mar e na cidade-, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim

se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Nos textos “O Narrador”(1985) e “Experiência e Pobreza”(2012), Benjamin anuncia que a arte de narrar torna-se cada vez mais rara já que ela parte da transmissão de uma experiência no sentido pleno, cujas condições de realização, de acordo com o autor, passam a não existir na sociedade capitalista moderna. Sobre as referidas condições de realização da experiência e, conseqüentemente, da atividade narrativa, Gagnebin (1987, p. 10 e 11) explica que Benjamin distingue três:

a) a experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte. Pressupõe, portanto, uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica, sobretudo, destruiu. A distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, transformou-se hoje em abismo porque as condições de vida mudam em um ritmo demasiado rápido para a capacidade humana de assimilação. Enquanto no passado o ancião que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, hoje ele não passa de um velho cujo discurso é inútil.

b) Esse caráter de comunidade entre vida e palavra apóia-se ele próprio na organização pré-capitalista do trabalho, em especial na atividade artesanal. O artesanato permite, devido a seus ritmos lentos e orgânicos, em oposição à rapidez do processo de trabalho industrial, e devido a seu caráter totalizante, em oposição ao caráter fragmentário do trabalho em cadeia, por exemplo, uma sedimentação progressiva das diversas experiências e uma palavra unificadora. O ritmo do trabalho artesanal se inscreve em um tempo mais global, tempo onde ainda se tinha, justamente, tempo para contar. Finalmente, de acordo com Benjamin, os movimentos precisos do artesanato, que respeita a matéria que transforma, têm uma relação profunda com a atividade narradora: já que esta também é, de certo modo, uma maneira de dar forma à imensa matéria narrável, participando assim da ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra.

c) A comunidade da experiência funda a dimensão prática da narrativa tradicional. Aquele que conta transmite um saber, uma sapiência, que seus ouvintes podem receber com proveito. Sapiência prática, que muitas vezes toma a forma de uma moral, de uma advertência, de um conselho, coisas que, hoje, não sabemos o que fazer, de tão isolados que estamos, cada um em seu mundo particular e privado. Ora, diz Benjamin, o conselho não consiste em intervir do exterior na vida de outrem, como interpretamos muitas vezes, mas em “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”. Esta bela definição destaca a inserção do narrador e do ouvinte dentro de um fluxo narrativo comum e vivo, já que a história continua, que está aberta a novas propostas e ao fazer junto. Quando esse fluxo se esgota porque a memória e a tradição comuns já não

existem, o indivíduo isolado, desorientado e desaconselhado (o mesmo adjetivo em alemão: “ratlos”), reencontra então o seu duplo no herói solitário do romance, forma diferente de narração que Benjamin, após a “Teoria do romance”, de Lukács, analisa como forma característica da sociedade burguesa moderna.

Assim sendo, quando Benjamin fala sobre narrativa, denuncia a possibilidade de extinção do ato de narrar decorrente do declínio da tradição e do avanço da técnica capitalista, do enfraquecimento de uma noção de “memória comum” e de experiência coletiva, da transformação das formas de trabalho, de temporalidade, de linguagem e comunicação.

Entretanto, se realizarmos um paralelo, na obra de Walter Benjamin, entre a ideia de extinção do ato de narrar e da perda da aura da obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica⁴ (BENJAMIN, 2012b) podemos perceber a dimensão que Jeanne Marie Gagnebin (1987) denomina de “uma teoria antecipada da obra aberta”. Nesta perspectiva, o reconhecimento da perda anuncia as bases de uma outra prática estética onde “cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz uma quarta, etc.; essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos”. (GAGNEBIN, 1987, p.13).

Investir no conceito de narrativa em Benjamin “empurra-nos” para a compreensão da noção de linguagem elaborada pelo autor. Sobre este tema, Jaime Ginzburg (2012) apresenta os estudos da linguagem realizados por Benjamin que, tanto na perspectiva metafísica como na sociológica, evoca a questão: “Como se transmite o homem?” Para Ginzburg compreender a que a linguagem pode se referir, condiciona o entendimento do alcance do ato de narrar.

Benjamin elabora uma concepção de linguagem que, para além de seu papel transmissor, se constitui em um limiar: ela não é inteiramente capaz de se referir ao

⁴ O próprio Benjamin fala dos “paralelos” entre esse ensaio e “O Narrador” em uma carta a Adorno, de 4 de junho de 1936: “Recentemente escrevi um trabalho sobre Nikolai Leskov (‘O Narrador’) que, se não possui a profundidade do trabalho de teoria estética (‘A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica’), apresenta alguns paralelos com a ‘perda da aura’, devido ao fato de que a arte de contar está chegando ao fim”. [citado em W. Benjamin, *Gesammelte Schriften*, II-3, p. 1277]. Gagnebin (1987, p. 12)

mundo de modo imediato. É importante, dessa forma, não perder de vista a perspectiva do incomunicável presente na linguagem.

O homem é portanto um ser de linguagem, mas a linguagem que o define lhe escapa essencialmente. Esse movimento de disponibilidade e evasão explica também por que a linguagem humana não pode ser reduzida à função instrumental de transmissora de mensagens: os seres humanos nascem em um mundo de palavras que nunca podem dominar por completo (...) A definição teológica da origem da linguagem que alguns autores contemporâneos retomam e secularizam não garante a presença de um sentido último, mas, paradoxalmente, grava no interior da linguagem humana um sem-fundo daquilo que não pode se nomeado. (GAGNEBIN, 1993, s.p.).

Para Ginzburg (2012) a constituição da linguagem estaria ligada as condições de percepção que podem observar cada objeto como uma potência de diversos significados. É necessária uma concepção de narrativa que admita a lacuna e a dissociação e que tenha o rastro como matéria nuclear. “Fragmentos fazem parte de um esforço para elaborar um passado que nunca poderá ser configurado como uma unidade perfeita.”(p.126).

Pensando o conceito de rastro acoplado ao de memória, tratado também por Benjamin, pode-se dizer que a percepção de um rastro permitirá lembrar aquele que está em ausência de maneira a definir o que nele foi mais significativo, de modo que este possa ser “dito” e identificado. Quando incorporado à narrativa como cifra de uma história, o rastro pode definir quem o deixou. Entretanto, é preciso que quem narra, perceba os rastros deixados, para que assim seja possível, pela linguagem, uma conexão entre presente e passado.

Cada ser humano, ao relatar o passado, individual ou coletivo, precisa de recursos linguísticos para operar com a memória de modo articulado e inteligível. Essa compreensão do ato de leitura se articula com uma percepção de polissemia na linguagem. Trata-se de uma perspectiva favorável à valorização da importância de um rastro. Um elemento residual, pode ser lido como cifra de uma trajetória que o ultrapassa a história de um indivíduo, uma sociedade, um país. (GINZBURG, 2012, p. 108).

Compreendendo o anúncio da morte da experiência e da narrativa, os desafios do uso da linguagem e os limites da percepção dos rastros do passado por aquele que narra

no presente, aceitamos o desafio e investimos/insistimos na habilidade narrativa dos alunos internos do CaVG.

É comum assistirmos pelo pátio da escola rodas de alunos tradicionalistas contando causos e compondo canções. A voz existe, ela ecoa pelos cantos, bosques, corredores e quartos do internato. Não se trata dessa forma de “dar voz” aos sujeitos, mas de ouvi-la, dar volume.

Ao mesmo tempo, concordamos com a perspectiva benjaminiana acerca da presença daquilo que é incomunicável na narrativa e que grava no interior da linguagem humana um sem-fundo daquilo que não pode se nomeado. Ao mesmo tempo, entendemos que o silêncio é profícuo de significados e, que cabe a nós pesquisadores nos munirmos de outros instrumentos que nos ajudem a capturar também o “não-dito”. A imagem nos parece contribuir neste desafio, por isso ela será utilizada na perspectiva metodológica desta pesquisa.

Ginzburg (2012) chama a atenção para a importância da narrativa que se apropria dos rastros em terras sem memória. Cita as barbáries como genocídios indígenas, destruição de escravos, violação de direitos humanos, chacinas, os assassinatos da ditadura militar⁵, e, coloca em pauta as “políticas do esquecimento”. O autor diz que no Brasil, o rastro é um elemento fundamental para a memória histórica. Trata-se de “ler a história a contrapelo, propor perspectivas não conservadoras de percepção do passado.” (p.127). E para que a história seja lida “a contrapelo”, ela precisa ser mais uma vez narrada. Elegemos os alunos internos do CaVG como os autores desta história Outra.

... perante tantas perdas, tantas ausências, em um mundo que tantas vezes parece um cemitério dos vivos, eles insistem em que é necessário narrar até mesmo o que nunca se compreenderá.

Jaime Ginzburg

⁵ Acrescentaríamos aqui os assassinatos em massa de agricultores Sem Terra que permanecem em mais absoluto silêncio e esquecimento na ordem da história oficial, como por exemplo o massacre de Eldorado dos Carajás e de Encruzilhada Natalina.

Referências bibliográficas

ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **CAVG, História de um Patronato**. Pelotas: Ed.Universitária, 1996.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In Obras Escolhidas. Magia, técnica e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012. p. 83-90.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2012. p. 08-24.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk. 2012b.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **W. Benjamin ou a história aberta**. Prefácio a W. Benjamin. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987. 06-19p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **El original y El outro**. In: MASSUH, Gabriela (org). Sobre Walter Benjamin, Buenos Aires: Alianza, 1993. *Apud* : GINZBURG: Jaime. A interpretação do Rastro em Walter Benjamin. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P. 107-132.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Apagar os rastros, Recolher os restos**. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P.27-38.

GINZBURG: Jaime. **A interpretação do Rastro em Walter Benjamin**. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. P. 107-132.

LÖWY, Michel. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

VICENTE, Magda de Abreu. **Um espaço de adequação infantil: o Patronato Agrícola Visconde da Graça**. Revista Didática Sistemática, ISSN 1809-3108, Volume 8, julho a dezembro de 2008. P 212-225.